



O CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA DA ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES DO PARANÁ: LUTAS E CONQUISTAS ENTRE OS ANOS 1949 E 1973

Tadeu Aparecido Malaquias¹
Alboni Marisa Dudgeque Pianovski Vieira²

Resumo

O artigo trata do processo de reconhecimento oficial do curso de licenciatura em música da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP), com as lutas e conquistas vividas nessa trajetória. Tem como objetivo analisar a formação dos professores de música entre 1949 e 1973, contextualizando a criação e o desenvolvimento do curso de formação de professores na instituição. De natureza bibliográfica e documental, a pesquisa se debruçou em fontes documentais oficiais e em livros e artigos como os de Alucci *et al.* (2012), Fonterrada (2008) e Prosser (2004). Resultou, dessa forma, uma intrincada teia de informações que se inicia com a criação da EMBAP e do seu curso de educação musical, até o reconhecimento oficial pelo Conselho Nacional de Educação, em 1973.

Palavras-chave: História da educação. Formação de professores. Curso de música.

THE DEGREE PROGRAM IN MUSIC AT ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES OF PARANÁ: STRUGGLES AND ACHIEVEMENTS BETWEEN THE YEARS 1949 AND 1973

Abstract

The article deals with the official accreditation process for the degree in music program at School of Music and Fine Arts of Paraná (EMBAP) and the struggles and achievements experienced throughout the process. It aims to analyze music teachers' training between 1949 and 1973, contextualizing the creation and development of the training course for teachers at the institution. This research is biographical and documentary in nature, and looks at official documentary sources, as well as books and articles such as those by Alucci *et al.* (2012), Fonterrada (2008) and Prosser (2004). The results indicate an intricate web of information that begins with the creation of EMBAP and its music education course and extends until the official recognition by the National Board of Education in 1973.

Keywords: History of education. Teaching training. Music course.

EL CURSO DE LICENCIATURA EN MÚSICA DE LA ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES DE PARANÁ: LUCHAS Y LOGROS ENTRE LOS AÑOS 1949 Y 1973

**Resumen**

El artículo se trata del proceso de reconocimiento oficial del curso de licenciatura en música de la Escuela de Música y Bellas Artes de Paraná (EMBAP) con las luchas y logros experimentados durante esa trayectoria. Su objetivo es analizar la formación de los profesores de música entre 1949 y 1973, contextualizando la creación y el desarrollo del curso de formación de profesores en la institución. De naturaleza bibliográfica y documental, la investigación se basó en fuentes documentales oficiales, libros y artículos, tales como los de Alucci *et al.* (2012), Fonterrada (2008) y Prosser (2004). De esa forma, dio como resultado una intrincada red de información que comienza con la creación de la EMBAP y de su curso de educación musical, hasta el reconocimiento oficial por la Junta Nacional de Educación en 1973.

Palabras clave: Historia de la educación. Formação de professores. Curso de música.

INTRODUÇÃO

Este artigo descreve o processo de criação e reconhecimento do curso de licenciatura em música da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP), com as lutas e conquistas vividas nessa trajetória. Nesse contexto, dá-se destaque histórico para o período de 1949 a 1973, que se mostrou particularmente prolífico para a educação musical nacional, com a contribuição de diferentes fenômenos políticos e sociais para a expansão do ensino público da música e a conscientização da necessidade de formação de professores de música especializados para atender às novas demandas.

A EMBAP, desde 2012, integra o Câmpus I da Universidade Estadual do Paraná, criada em 2001, oferecendo cursos de música e artes plásticas. Especificamente sobre os cursos de música, a instituição oferece bacharelados em performance, regência, licenciatura em música e cursos de extensão que atendem à comunidade. (EMBAP, 2015). Fundada em 1948, veio a ser reconhecida como instituição de ensino superior em 1954, pelo Conselho Federal de Educação.

Um fator importante a se destacar neste trabalho é o seu caráter de registro histórico sobre a história da formação dos professores de música no Brasil. A temática referente à criação dos cursos de formação de professores de música em instituições de nível superior ainda é pouco explorada no país, havendo a possibilidade de se expandir esse campo de estudo.

Da intencionalidade de amalgamar diferentes acontecimentos históricos, políticos, sociais e educacionais para o aprofundamento do tema da pesquisa, emergiu o seguinte problema: Como se deu o processo de reconhecimento oficial do curso de licenciatura em Música na EMBAP?



É sob essa perspectiva que está baseado o principal objetivo da investigação, a saber, relatar o processo de reconhecimento do curso de formação de professores de música na EMBAP. Outras propostas são contextualizar a criação e desenvolvimento do curso de formação de professores no âmbito das regulamentações oficiais nacionais e as medidas que a EMBAP tomou para a adequação dessas regulamentações.

A promoção de um diálogo entre diferentes campos de estudo como a história da educação no Brasil entre 1930 até 1970, a história política do mesmo período e a história da própria EMBAP, inseriu esse trabalho no campo da história cultural, fundamentando o tipo de leitura histórica que o artigo propõe apresentar. A história cultural apresenta a possibilidade de leitura de fatos históricos em distintas perspectivas, tanto da relevância de eventos sociais e políticos como de acontecimentos em contextos específicos, como comunidades rurais ou instituições diversas. A principal característica de uma pesquisa com a abordagem da história cultural está na interpretação de contextos e cotidianos. A história cultural liga-se diretamente com a leitura de fenômenos históricos e seus desdobramentos em sociedades, instituições e indivíduos, permitindo uma assimilação mais profunda dos fatos históricos abordados. (CHARTIER, 1990). Essa abordagem possibilita tratar da pesquisa, relato e exercício interpretativo não só de grandes eventos e fenômenos históricos no âmbito político, econômico ou militar, mas também da história relacionada a contextos sociais, cotidianos, cultura popular, artes e biografias. Assim, é estudada a sucessão desses fenômenos que, de diferentes formas, influenciam os contextos sociais e indivíduos, permitindo uma leitura e assimilação mais abrangente e contextualizada dos fatos históricos. Falcon (2006) considera que a percepção das manifestações culturais e sua pesquisa e interpretação não pode limitar-se somente a um bloco histórico, escola ou influências ideológicas sem um trabalho de contextualização.

A principal referência de embasamento teórico utilizada nesta pesquisa foi Roger Chartier, responsável por trabalhos sobre instituições de ensino e que valorizou o papel interpretativo da história cultural, fazendo a análise de contextos, práticas e objetos culturais. (CHARTIER, 1990). Essa análise exige um olhar sensível e uma percepção criteriosa sobre o tema de estudo. Esse olhar sensível deve estar presente nas relações entre os registros das fontes primárias, o discurso que emerge dessas fontes e das representações que se perpetuam nas práticas sociais. Levar em conta essa cadeia de fenômenos como parte fundamental desse estudo mostrou-se de grande importância para a interpretação dos fatos abordados no decorrer da pesquisa.

Como forma de integrar esses diferentes elementos presentes em uma pesquisa fundamentada na história cultural, Chartier (1990) valoriza a necessidade de elaboração de um estudo histórico atribuindo relevância aos elementos simbólicos que permeiam as descrições dos fatos. Entre as maneiras que os símbolos se integram na consciência individual ou coletiva, estão “[...] o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 1990, p. 16).



Essa foi a razão que ofereceu ao exercício interpretativo um lugar de proeminência em uma pesquisa fundamentada na história cultural. (CHARTIER, 1990).

A pesquisa não poderia ter alcançado um grau maior de profundidade sem a presença da pesquisa documental e bibliográfica. O trabalho de pesquisa bibliográfica tem como objetivo principal localizar, identificar e analisar os conceitos básicos e pertinentes sobre o assunto proposto, buscando em livros, artigos e pesquisas anteriores de diferentes autores o ponto inicial da pesquisa. Diretamente relacionada com a pesquisa bibliográfica, está a pesquisa documental, analisando as legislações nacionais e documentos da EMBAP referentes à formação dos professores de música e a educação musical.

A pesquisa documental é uma técnica de pesquisa de relevância no campo das ciências humanas e sociais. Acerca desse tipo de pesquisa e suas características peculiares, Severino (2007, p. 122-123) esclarece que “[...] os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.”

Reforçando a fundamentação teórica deste estudo, as legislações oficiais e autores como Vidal (2013) trouxeram importantes informações sobre o desenvolvimento das políticas educacionais no país. Fonterrada (2008) e Alucci et al. (2012) foram fontes de destaque para a contextualização da história da educação musical no Brasil, além de Silva e Lacombe (2001) trazendo a grande contribuição de Villa-Lobos para o desenvolvimento de suas práticas no país. Para a assimilação do contexto social e cultural em Curitiba no momento da criação da EMBAP e do desenvolvimento dos seus cursos, Prosser (2001) foi fundamental na consulta dos principais eventos que fizeram parte da história da instituição de da cidade.

O trabalho se dividiu em duas frentes de estudos. A pesquisa bibliográfica teve o intuito de enriquecer a construção da trama que procurou abarcar diferentes fenômenos sociais nacionais que, de alguma forma, se relacionaram com o desenvolvimento das práticas educacionais, e principalmente, da educação musical no Brasil. Porém, o trabalho não poderia ter alcançado um grau de profundidade maior sem uma extensa pesquisa documental. O levantamento de dados em fontes primárias foi relevante para a elaboração de um relato histórico que permitisse a compreensão do processo de criação do curso de formação de professores de música da EMBAP e como ele esteve inserido em diversos processos que estavam para além da própria instituição.

Dessa forma, o artigo apresenta alguns pontos relevantes sobre a história da educação nacional e a educação musical, com o intuito de expandir o horizonte de compreensão desses fatos. Faz-se necessário destacar que o artigo não pretende trazer uma “história da educação musical no país”, mas demonstrar como os diferentes fenômenos sociais e políticos, nacionais e locais, contribuíram para o desenvolvimento da EMBAP e da formação de docentes na instituição. Pela grande complexidade de se apresentar uma



descrição completa sobre a formação de professores de música no Brasil, devido ao grande número de eventos históricos que acabam por refletir de alguma maneira no seu desenvolvimento, o artigo busca inserir a formação docente na EMBAP a essa trama histórica, especialmente entre os anos 30 e 70.

Para isso, a primeira parte do artigo contextualiza o panorama da educação musical brasileira que precedeu a década de fundação da EMBAP, mostrando a relevância política que a educação musical teve nesse período. A segunda parte relata a criação da EMBAP como reflexo de um momento político e cultural favorável e seu reconhecimento como instituição de nível superior em 1954, apresenta a implementação da primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional em 1961 e relata o surgimento do curso de Licenciatura em Música da EMBAP, em 1967. Finalmente, a última parte do artigo trata da implantação da Lei n.º. 5.692/71, e do processo de reconhecimento do curso de Licenciatura em Música da EMBAP pelo Conselho Federal de Educação, em 1973.

Assim, procurou-se abordar o surgimento da EMBAP, a criação do seu curso de Licenciatura em Música e seu reconhecimento como uma graduação de nível superior, apresentando também os reflexos das políticas oficiais para a educação e como foram assimiladas pela instituição.

PREMISSAS DA EDUCAÇÃO MUSICAL NOS ANOS 30

O início da década de 1930 assistiu ao surgimento de um governo que, segundo Moraes, deflagrou o:

[...] processo de constituição de um Estado propriamente capitalista no País e, como resultado, efetivava-se pouco a pouco a concentração dos vários níveis da administração pública nas mãos do Executivo federal, bem como o controle sobre as políticas econômica e social. (MORAES, 1992, p. 291).

O governo pós-Revolução de 1930 provocou diversas metamorfoses no contexto social, econômico e político, trazendo de volta outros problemas antigos da educação, entre eles, a falta de autonomia das instituições de ensino.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que tinha o intuito de promover reformas no ensino secundário e superior, Francisco Campos³ promoveu também políticas de higienização ligadas à educação. Essas iniciativas justificaram o motivo da junção do ministério responsável pela educação a outro de políticas públicas de saúde. (CARVALHO; ABREU JÚNIOR, 2012).

Apesar do retorno a uma tendência centralizadora na administração das políticas educacionais, o início da década de 30 ficou caracterizado por iniciativas que tinham o objetivo de abrir outras perspectivas para a educação no país, com uma percepção mais aguda dos problemas existentes.



No plano cultural, ainda era possível observar os desdobramentos da influência do movimento modernista de 1922. Um desses desdobramentos foi o gradativo crescimento da prática da música no contexto escolar. A educação musical também veio a ser impactada, contando com alguns importantes defensores da sua prática. Entre esses defensores, o mais célebre e importante foi o músico e compositor Heitor Villa Lobos⁴ (1887-1959), disseminando a prática do canto orfeônico. (SILVA; LACOMBE, 2001).

A abordagem do canto orfeônico no Brasil foi próxima à utilizada na França, com grande quantidade de estudantes participantes em espaços públicos, como em estádios de futebol, cantando canções de cunho patriótico. Havia um especial cuidado com a escolha dos repertórios para a sua prática, que poderia passar despercebido pelos praticantes, mas não por seus elaboradores. Não obstante, o canto orfeônico se consolidou como a principal atividade de educação musical nas instituições de ensino no Brasil. (LEMOS JÚNIOR, 2011).

A prática do canto orfeônico, nesse contexto, emergiu eivada de denotações políticas. Dentro de uma ideologia que se cristalizou no âmbito do governo getulista, a música também tinha uma função de estímulo ao civismo. Prosser menciona que:

A música era encarada, na época, como uma das mais eficazes ferramentas da educação, da cultura e do civismo e gozava de grande prestígio no meio educacional. As opiniões de Villa-Lobos ditavam os rumos da educação musical e da educação mediante a música nas escolas. (PROSSER, 2004, p. 202).

O então presidente, Getúlio Vargas⁵ (1882-1945), consciente da capacidade de influência da música, utilizou essas iniciativas buscando atender seus objetivos de formação de uma identidade cultural. A música poderia ser considerada como uma importante “ferramenta” no processo de transformação da cultura e da moral no país.

Contudo, a prática musical oferece benefícios que são intrínsecos à sua prática, e por esse motivo, o canto orfeônico contou com o apoio de um grande número de educadores e de várias figuras relevantes no cenário nacional. O fato mais emblemático que exemplifica essa afirmação foi o convite recebido por Villa-Lobos de Anísio Teixeira, recém-nomeado Secretário de Educação do Rio de Janeiro, para assumir a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA). (SILVA; LACOMBE, 2001).

Com a gradativa importância que o canto orfeônico conquistou como forma de atividade popular, o governo federal percebeu a necessidade de iniciar políticas para a formação de professores aptos à sua prática. Villa-Lobos foi um dos responsáveis pela criação de um projeto para a educação musical. Em 18 de abril de 1931, Getúlio Vargas assinou o Decreto Federal n.º 19.890. (BRASIL, 1931b). Esse projeto de educação musical era alinhado com a ideologia do governo vigente para todo o sistema educacional, com o principal objetivo de formação de uma nova concepção de cidadão.



Porém, as políticas educacionais ainda não eram uniformes em todo o país. Cunha aponta o desenvolvimento de “[...] duas políticas educacionais, uma autoritária, pelo governo federal, outra liberal, pelo governo do Estado de São Paulo e pela prefeitura do Distrito Federal.” (CUNHA, 2000, p. 163). Esse é um exemplo de como os governos locais ainda conseguiam elaborar suas próprias políticas educacionais, com suas prioridades e ideologias.

Outro desdobramento da política federal para a educação foi a aprovação do projeto de Reforma do Ensino Superior, em 1931, que ficaria conhecido pelo nome do próprio ministro que o elaborou, Francisco Campos. (ÉSTHER, 2012). Um dos desdobramentos dessa medida oficial veio a ser a elaboração do Decreto n.º. 19.850, de 11 de abril de 1931, criando o Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 1931a). No contexto da educação nacional, o ano seguinte, 1932, ficaria marcado pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Esse movimento foi idealizado por intelectuais de diferentes searas do conhecimento que tinham como objetivo incentivar a renovação da educação brasileira por meio de mudanças políticas, adotando a pedagogia da Escola Nova como principal base teórica. Para Vidal, o movimento “[...] capitalizava o anseio de rompimento com as práticas sociais, políticas e educacionais instaladas até então na República, ancorando-se em um desejo disseminado de mudança.” (VIDAL, 2013, p. 582). Nos anos seguintes, outros importantes acontecimentos ocorreriam. Um dos mais relevantes foi a promulgação da Constituição de 1934, que centralizou efetivamente o funcionamento e a administração do ensino secundário e superior pelo governo federal. Para a sociedade, a Constituição de 1934 simbolizava a possibilidade de um governo fundamentado em valores liberais, mas ocorreu que “[...] as tendências centralizadoras e autoritárias recuperaram a hegemonia.” (FÁVERO, 2006, p. 25).

A continuidade da centralização das ações políticas por parte do governo federal causou um grande sentimento de decepção para a sociedade, contudo, durante esse período político, medidas positivas também foram tomadas.

A prática da educação musical continuou ativa e se fortalecendo durante essa fase. Um exemplo que demonstra a expansão da valorização da prática educacional musical foi a primeira grande política de qualificação de professores de música em esfera nacional. Villa-Lobos também foi um agente fundamental nesse processo, criando em 1936:

[...] o Curso de Orientação e Aperfeiçoamento do Ensino de Música e Canto Orfeônico. Tal iniciativa tinha como objetivo principal formar educadores para que fossem multiplicadores de suas práticas e oferecia curso, aos professores das escolas primárias, de Declamação Rítmica e de Preparação ao ensino do Canto Orfeônico, e de Especializado de Música e Canto Orfeônico e de Prática de Canto Orfeônico, aos professores especializados. (ALUCCI et al., 2012, p. 21).

Esses são exemplos de ações que tinham o objetivo de melhorar a qualificação dos docentes que iriam atuar no campo da educação musical. Contudo, executar essas medidas



“[...] logo se mostrou difícil – se não impossível – de se cumprir por vários fatores. Entre os quais, as dimensões gigantescas do Brasil e a ausência ou má qualidade das estradas [...]”. (FONTERRADA, 2008, p. 2013).

No ano seguinte, 1937, decorrente de uma série de tensões políticas, foi instaurado no Brasil um novo governo, que veio a ser conhecido como Estado Novo⁶. Esse regime se caracterizou, entre outras coisas, pela promulgação de uma nova constituição, em 1937. Ficou marcado também pelo forte incentivo à valorização de uma cultura nacionalista, na qual todos os setores da sociedade deveriam ser alinhados ideologicamente com o governo. (SILVA; LACOMBE, 2001). Na área da educação, a principal medida desse novo governo foi a elaboração da Reforma Capanema⁷.

O poder centralizador seguiu por alguns anos, em diferentes esferas, incluindo a formação dos professores de música. Já em 1945, tornou-se definitivamente obrigatório que, para o professor de música estar apto a lecionar, tivesse frequentado os cursos de formação no Rio de Janeiro ou em São Paulo. (FONTERRADA, 2008).

Com o fim do Governo Getúlio Vargas, no dia 29 de outubro de 1945, o Brasil tentaria entrar em um gradativo processo de redemocratização. Para isso, uma das iniciativas foi a promulgação da nova Constituição, no dia 16 de setembro de 1946.

Foi nesse contexto de efervescência política, cultural e social que em 17 de abril de 1948 se fundou a Escola de Música e Belas Artes do Paraná. A criação da EMBAP ocorreu em um momento particularmente favorável no âmbito regional, tanto no plano político quanto cultural, com a ativa participação de associações culturais. Essas associações culturais eram integradas por participantes inspirados pelas novas perspectivas políticas que começavam a tomar corpo e força de ação social. A seguir, o relato aponta o contexto local que possibilitou a fundação da EMBAP e como ela absorveu as políticas nacionais para a educação.

A EMBAP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NACIONAIS

A EMBAP (Escola de Música e Belas Artes do Paraná) foi fundada em 1948 e reconhecida em 1954 pelo Conselho Federal de Educação como uma instituição de ensino superior estadual. Em 2012, a EMBAP foi integrada a uma nova instituição recém criada, a Universidade Estadual do Paraná.

A fundação da EMBAP é um ponto marcante na história da educação e da arte do Paraná, sendo um marco em um processo histórico-social que consolidou a cidade de Curitiba como centro cultural do estado. É oportuno destacar que as atividades musicais no estado do Paraná tiveram início na antiga Capital da Comarca, em Paranaguá, com iniciativas de grupos musicais fazendo apresentações em cerimônias religiosas e escolas. (BRANDÃO, 1996).



Esse quadro começou a se modificar em 1812, quando Curitiba passou a sede da Comarca do Sul da Capitania de São Paulo. (WACHOWICZ, 1984). A partir daí, houve gradativa intensificação da chegada de imigrantes, nos quais estavam presentes “[...] inúmeros artistas, intelectuais, professores e profissionais liberais, que exerceram grande influência na construção da sociedade e da identidade do curitibano.” (PROSSER, 2004, p. 40). Um dos fatores que justificaram o relevante processo migratório na região foi o desenvolvimento econômico estimulado pelo cultivo e comércio da erva-mate. No processo de desenvolvimento dessa nova configuração social na cidade de Curitiba, houve movimentos de valorização da educação e da cultura. (LINHARES, 1969).

A disseminação de distintas manifestações culturais não foi o desdobramento apenas do desenvolvimento econômico. Também foi resultado de iniciativas de manutenção das culturas dos países de origens dos imigrantes. As iniciativas “[...] pela preservação da cultura dos países de origem dos imigrantes deu origem, nas suas colônias, a escolas para suas crianças, a igrejas para as suas manifestações religiosas e a associações recreativas para seu lazer cotidiano.” (PROSSER, 2004, p. 41). Os movimentos culturais, em especial a prática musical, dos países de origem desses imigrantes foram os meios mais importantes de preservação cultural nesse processo de transformações sociais.

Em relação às atividades musicais em Curitiba durante o século XIX, Roderjan e Roderjan (1967, p. 7) afirmam que:

Com a prática da música doméstica, nos tradicionais serões em família, não é de admirar que se desenvolvesse no Paraná o gosto pela música de câmara, [...]. Essa prática também difundida entre as famílias alemãs que por esses tempos migraram para cá, exterioriza-se nas apresentações públicas [...].

É importante salientar que as atividades musicais que, primeiramente, aconteciam nos ambientes familiares, passaram a acontecer por meio de bandas militares. Isso ocorre a partir da segunda metade do século XIX, marcado sua presença em “[...] comemorações oficiais e também nas diversões populares.” (RODERJAN; RODERJAN, 1967, p. 8). Esses registros mostram também o surgimento das primeiras atividades de ensino musical coletivo. As práticas de transmissão do conhecimento musical não estavam mais ligadas exclusivamente a tradição familiar. Nesse novo cenário de ensino, “[...] a prática da música de banda em todo o Estado se deu com os humildes professores de música desses primeiros tempos, quando não havia escola de música.” (RODERJAN; RODERJAN, 1967, p. 9). O movimento musical de formação de bandas e apresentações de música em casas ou pequenos teatros ou espaços foram meios de perpetuar as manifestações culturais dos imigrantes, mas não foram as únicas formas. Os imigrantes, por sua vez, mantiveram seus laços culturais com a “[...] manutenção de hábitos, de costumes, da língua, de características alimentares e moradia, de técnicas de trabalho, do artesanato e da religião, havia, também e de forma bastante acentuada, o cultivo da música, do teatro e da dança.” (PROSSER, 2004, p. 57). Como desdobramento desse prolífico quadro sócio-cultural, em



1886, surgiu a Escola de Belas Artes e Indústria do Paraná. Essa instituição teve o papel de formação das futuras gerações de artistas que acabariam por fundar a EMBAP. (PROSSER, 2004).

Nesse quadro, a prática musical estabeleceu-se de forma definitiva como uma relevante manifestação cultural, deixando um legado para o florescimento cultural no século XX. Para Roderjan e Roderjan, “[...] no alvorecer do século XX já temos um passado musical, homens que, através de suas realizações, legaram a seus descendentes e conterrâneos uma herança de talento e trabalho.” (RODERJAN; RODERJAN, 1967, p. 24).

Esses fenômenos culturais renderiam diversos frutos para a cultura curitibana, que iniciou o século XX com uma forte atividade artística em distintos segmentos como espetáculos de teatro, balé e música. Como resultado desse intenso movimento, Prosser (2004, p. 217) relata que:

Com o crescimento cada vez maior da demanda por docentes e por eventos culturais, considerava-se necessária a criação de uma escola de ensino superior de arte que formaria os artistas e, portanto, os professores que iriam, então, ministrar seus conhecimentos nas diferentes escolas regulares ou artísticas, formando, por sua vez, novos artistas e novos professores.

Em um ambiente de tantas efervescências e transformações nacionais, Curitiba assistiu ao crescimento de um forte movimento artístico na primeira metade do século XX. Diferentes linguagens artísticas como balé, música e teatro ganhavam espaço cada vez maior no seio da sociedade curitibana.

Com esse quadro, surgiram as primeiras associações de artistas na cidade de Curitiba, entre elas, a que posteriormente viria a ser fundamental nas articulações para a criação de uma instituição de nível superior para as artes na cidade. O movimento de criação dessa instituição iniciou-se de maneira mais incisiva em 1947, com o apoio decisivo da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI)⁸, que também recebeu incentivo de outras organizações culturais, como, por exemplo, da Sociedade Amigos de Alfredo Andersen⁹.

No entanto, a SCABI foi o principal meio aglutinador de artistas e políticos em prol da abertura de uma instituição de ensino superior para as artes, com um destaque especial em relação à música. Segundo Prosser (2004, p. 244), a SCABI:

[...] tinha por objetivo principal o fomento da vida cultural musical de Curitiba, por meio da realização de concertos, cursos e palestras com os mais destacados compositores e intérpretes brasileiros e estrangeiros da época. Visava ainda a criação de uma orquestra e de uma escola superior de arte, além da promoção de atividades de ‘educação social através da música’, mediante o canto orfeônico não apenas com estudantes, mas também com operários.



A relevância da SCABI no contexto cultural e se dava, entre outras coisas, pela força de pessoas como o professor Fernando Corrêa de Azevedo¹⁰ (1913-1975) e Moysés Lupion¹¹, duas grandes figuras e expoentes intelectuais que apoiaram de forma incisiva a criação de uma instituição pública de artes em Curitiba.

Além de estimular iniciativas para a popularização do ensino da música, a SCABI também contava com ações pedagógicas que incentivavam:

[...] a música nas escolas, atingindo enorme contingente de crianças; procurava formar professores para essas escolas; ofertava cursos informais de curta duração com intérpretes que estivessem na cidade; e dava concertos didáticos para os jovens e para os operários. Além disso, havia em sua pauta a criação de uma escola superior de música e artes plásticas. (PROSSER, 2004, p. 246).

A iniciativa de criação de uma escola pública de artes foi acompanhada de outras medidas de grande relevância cultural, como a construção de uma biblioteca pública e a reforma do Teatro Guaíra. Essas iniciativas culturais estavam ligados a um “[...] projeto amplo de fomento a cultura, desencadeado por Raul Gomes¹² [...] tudo isso, relacionado ao movimento de ensino liderado por Erasmo Pilotto¹³ e Adriano Robine, do qual Raul Gomes participava como mentor intelectual.” (PROSSER, 2001, p. 190).

Fernando Corrêa de Azevedo foi responsável pelas primeiras medidas organizacionais, pesquisando o funcionamento e planejamento de uma escola de artes e visitando outras escolas já existentes em atividade. Voltando de viagem, Fernando Corrêa de Azevedo montou o quadro de professores, divididos entre os Departamentos de Música e de Belas Artes. (EMBAP, 1948-1988).

No dia 3 de outubro de 1949, a Escola de Música e Belas Artes do Paraná foi oficialmente inaugurada, mesmo já estando em funcionamento desde 17 de abril de 1948. (PARANÁ, 1949). Suas primeiras instalações foram no prédio da Rua Emiliano Pernetá, 50. Posteriormente, em 1951, a sede foi transferida para o número 179 da mesma rua. Hoje, a sede administrativa da EMBAP se encontra provisoriamente na Rua Comendador Macedo, 254, Centro, Curitiba – PR.

Apesar da inauguração, a EMBAP não contou com o reconhecimento oficial do governo estadual. Prosser (2001, p. 217) relata que a EMBAP era:

[...] uma escola oficial, ocupava um prédio público, algum material fora destinado pelo Estado para o seu funcionamento, no entanto, as mensalidades ainda eram cobradas dos alunos para o pagamento dos professores, o que a caracterizava, em parte, ainda, como uma escola particular.

O início das aulas nesse sistema administrativo foi uma medida de urgência para fazer uso do momento político favorável para a criação da instituição, mesmo não sendo totalmente bancada financeiramente pelo governo. Uma iniciativa que marcou os primeiros trabalhos da EMBAP foi, depois de convidar as principais figuras artísticas de Curitiba



para lecionar na instituição, a permissão de matricular seus alunos particulares na escola, e com isso, os mesmos continuariam a pagar suas mensalidades. (PROSSER, 2001).

Outra demonstração da urgência em se criar a EMBAP foi o fato de que a instituição não possuía um prédio próprio para suas atividades. Para Prosser, “[...] a solicitação de um prédio próprio não poderia ser atendida de pronto: a Escola passaria a funcionar, provisoriamente, nas dependências do instituto de Educação, mais especificamente no Orfeão da Escola Normal, que seria adaptado para esse fim.” (PROSSER, 2001, p. 211).

Mesmo com todas essas dificuldades, a oficialização da EMBAP como uma instituição pública de ensino ocorreu no dia 3 de outubro de 1949, por meio da Lei Estadual n.º. 259. (PARANÁ, 1949). Depois de três anos de atividades na sede provisória, a EMBAP mudou para o prédio da Rua Emiliano Pernetta, 50. (EMBAP, 1948-1988).

No alvorecer dos anos 50, novos fatos históricos impactaram de forma significativa a educação nacional. Um exemplo ocorreu no dia 31 de janeiro de 1951, quando Getúlio Vargas retornou à presidência, por meio de eleições diretas. É importante destacar que o grande crescimento econômico desse período estimulou modificações em diferentes setores da vida social no Brasil. Com um período de tantas mudanças, novas instituições de ensino e centros de pesquisa acadêmica surgiram. Também é importante destacar que entre os anos “[...] de 1936 a 1951 o número de escolas primárias dobra e o de secundárias quase quadruplica, ainda que essa expansão não seja homogênea, tendo se concentrado nas regiões urbanas dos estados mais desenvolvidos.” (ARANHA, 1996, p. 203).

Nesse panorama, por meio do Decreto n.º. 36.627, de 22 de dezembro de 1954, a Escola de Música e Belas Artes do Paraná foi reconhecida como uma faculdade de ensino superior, dando validade aos seus cursos de música, pintura e escultura. (BRASIL, 1954, p.1).

No Brasil, o que se viu até a chegada da década de 60, foram constantes debates sobre o funcionamento das instituições de ensino superior. (FÁVERO, 2006). Para a educação musical e a formação dos professores de música, a década de 60 também trouxe grandes mudanças, assim como para todo o sistema educacional.

A principal mudança para a educação nacional ocorreu com a promulgação da Lei n.º. 4.024/61 (BRASIL, 1961), a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trazendo modificações em todos os níveis da educação brasileira. Foi por meio dessa LDB que o ensino de música nas escolas se tornou facultativo, terminando com a obrigatoriedade da prática do canto orfeônico como disciplina obrigatória.

Essa LDB também fixou os currículos mínimos referente a parte pedagógica dos cursos de licenciatura. Pires (2003, p. 83) relata que:



[...] a música não era obrigatória nos currículos escolares, sendo sua presença de caráter opcional. A forma enxuta de redação da lei gerou várias dúvidas nos estabelecimentos escolares com relação à natureza da música na composição dos currículos.

No acervo de documentos oficiais da EMBAP é possível encontrar diversos comunicados governamentais, constando as orientações sobre a prática da música nos currículos escolares e como deveriam proceder as iniciativas para o reconhecimento do futuro professor de música para a atuação no ensino regular.

Como registrado no dia 18 de março de 1963, a EMBAP fez uma solicitação à Superintendência de Educação do Paraná para que enviasse os currículos dos cursos de Música e Belas Artes, descrevendo também que o currículo do Curso de Música já estava sendo utilizado com a aprovação do Conselho Federal de Educação. (PARANÁ, 1963). Na resposta, que ocorreu no dia 5 de abril de 1963, foi enviada para a EMBAP uma cópia do Parecer n.º. 383/63 do CFE, no qual constavam os currículos mínimos para o curso de Música. A confirmação do recebimento dos currículos oficiais se deu no dia 24 de junho de 1963. (PARANÁ, 1963). No documento consta ainda que a EMBAP fez uso dos currículos apenas nas primeiras séries da graduação e que ainda não tinha feito as adaptações para as séries decorrentes, que iriam continuar no antigo sistema. Essa medida foi tomada em decorrência de consulta do diretor da EMBAP, professor Fernando Corrêa de Azevedo, ao Ministério da Educação e Cultura. (EMBAP, 1963).

Na sequência, em âmbito nacional, aconteceria um evento dramático na história do país, com o início do regime ditatorial civil-militar¹⁴. Com a deposição do então presidente João Goulart¹⁵ (1919-1976), o país entrou em um período de constantes conflitos, que perduraram até 1985.

Como em todos os seguimentos do país, esse evento também trouxe mudanças para o papel da música na sociedade, pois:

Nos anos de chumbo da ditadura militar, quando a imprensa se encontrava amordaçada, foi a música a principal cronista dos acontecimentos de nossa sociedade. Nas pequenas localidades do interior, campanhas de vacinação e de mobilização pública sempre contavam com um 'cantautor'¹⁶ que espalhava, cantando, a notícia ou o chamado a ser dado. (ALUCCI et al., 2012, p. 135).

A música se tornou uma ferramenta de expressão política, como um meio de resistência ao governo, todavia, a educação musical não veio a ser influenciada prontamente por esses fatos. Nos anos posteriores, medidas de relevância foram elaboradas com relação à formação do professor de música.

Uma das medidas foi registrar os egressos dos distintos cursos de música como professores aptos a trabalharem no ensino regular, devido à falta de profissionais para ocuparem as vagas existentes. Isso aconteceu pelo fato de que o primeiro curso superior



oficial de formação exclusiva de educadores musicais foi “[...] criado somente em 1964, atendendo à recomendação do Conselho Federal de Educação pela Portaria nº 63 do Ministério da Educação.” (ALUCCI et al., 2012, p. 29).

No dia 11 de março de 1965, a Superintendência do Ensino Superior do Paraná enviou uma cópia da Portaria de 30 de junho de 1964 garantindo o registro dos egressos que terminaram o curso até 31 de dezembro de 1965 no Departamento Nacional de Educação. (PARANÁ, 1965). Para contornar a falta de professores formados para ocupar os cargos de educadores musicais, essa medida tinha o objetivo de reconhecer como professores de música os estudantes dos distintos cursos de graduação em um instrumento musical em particular.

A Portaria Ministerial n.º. 427, contida na Revista Documenta n.º. 28, garantia aos estudantes formados em instituições superiores de música o registro de Professor de Educação Musical, desde que os currículos contemplassem as disciplinas de teoria e solfejo, história da música, canto coral, harmonia e morfologia, acústica e biologia aplicadas à música e pedagogia aplicada à música, ou disciplinas análogas. (BRASIL, 1964).

Esse período trouxe constantes questionamentos por parte das instituições sobre como esse processo de registro dos professores de música deveriam ocorrer. Por isso, existe um grande número de pareceres do governo federal com orientações sobre como deveriam proceder as regularizações dos professores.

O primeiro passo para a solução desse problema na EMBAP aconteceu dia 9 de agosto de 1967, por meio do Parecer n.º. 31, do Conselho Estadual de Educação, autorizando a abertura do Curso de Educação Musical. (PARANÁ, 1967). Já em 1968 a EMBAP registrou a sua primeira turma desse novo curso, e a partir desse ponto, outra batalha se iniciaria. O curso de licenciatura em música da EMBAP ainda iria demorar alguns anos até ser reconhecido de forma oficial.

Vale acrescentar que, também em 1968, foi promulgada a Lei n.º. 5.540/68, ou “Lei da Reforma Universitária.” (BRASIL, 1968). Essa lei reformulou o funcionamento das instituições de ensino superior no Brasil. Uma das modificações foi a criação de dois tipos de curso de Educação Artística. Um foi nomeado de licenciatura curta e o outro de licenciatura plena. Esses cursos tinham o intuito de formar professores para a atuação no ensino regular. (BITTENCOURT, 2008).

Na EMBAP, essa mudança não foi implantada de imediato, pois a instituição manteve os mesmos cursos de música, não adotando os de Educação Artística na sua lista de matérias ofertadas.



O RECONHECIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA DA EMBAP

No começo da década de 1970, a EMBAP não possuía ainda o reconhecimento do seu curso de educação musical. Por meio do Protocolo n.º. 262.413, de 17 de novembro de 1971, foi pedida uma nova avaliação governamental para a regulamentação dos egressos que estavam formados em 1971, mas que não tinham o diploma reconhecido como nível superior. (EMBAP, 1972).

Em 1971, houve uma grande modificação no panorama da educação nacional. A Lei n.º. 5.692, de 11 de agosto de 1971, reformulou o ensino primário e secundário. Com isso, a disciplina chamada Educação Artística passou a ser obrigatória nas escolas primárias e secundárias. Essa disciplina englobaria as artes plásticas e cênicas, o desenho e a música. A partir de então, a música como uma disciplina única, deixaria de integrar os currículos escolares. (BRASIL, 1971). Nesse mesmo período, muitos cursos superiores, reestruturaram seus currículos, privilegiando a abertura de cursos específicos de artes plásticas, desenho e música. (MATEIRO, 2003).

A EMBAP continuava sua luta para reconhecer seu curso de educação musical nesse período. Em 1972, o Ministério da Educação e Cultura, por meio do Departamento de Assuntos Universitários, nomeou uma Comissão Verificadora para trabalhar o processo de reconhecimento do curso. Essa comissão assessorou a EMBAP nas mudanças necessárias no regimento da instituição referentes às alterações que estavam em vigência pelas novas regulamentações oficiais. (EMBAP, 1972). Um exemplo dessas novas regulamentações oficiais tratava da necessidade de se implantar as disciplinas de Ensino de Estudos dos Problemas Brasileiros, Educação Física, Estrutura e Funcionamento de Ensino do 1º e 2º Graus e apresentar um levantamento do número mínimo de vagas abertas para os cursos superiores da EMBAP.

Ainda em 1972, por meio do Processo n.º. 1890/72 – CFE, mais uma vez foi encaminhado um pedido da EMBAP para oficialização do curso de educação musical e a aprovação do regimento da instituição. (BRASIL, 1972, p.1).

É interessante salientar que durante esse processo que a EMBAP atravessava, no contexto nacional, a Resolução n.º. 23, de 23 de outubro de 1973, do Conselho Federal de Educação, estabeleceu que deveria haver um conteúdo curricular específico e um conteúdo mínimo igual às diferentes habilitações. Também estabeleceu que as instituições de ensino superior teriam liberdade de oferecer matérias que considerassem importantes na formação dos futuros professores. (BRASIL, 1973, p. 1).

Com essa medida, os currículos seriam formados com disciplinas comuns nos três primeiros anos dos cursos, que passariam a ser validados como “licenciatura curta”. Ao término desse curso, o egresso estaria autorizado a lecionar entre a 5ª a 8ª séries do



primeiro grau. Dando sequência ao curso, o aluno poderia escolher uma habilitação específica, como por exemplo, música. Assim então, obtinha a formação no curso de “licenciatura plena”. Apenas os egressos que também tivessem cursado essa habilitação específica estavam autorizados a lecionar também para as turmas de segundo grau. (BITTENCOURT, 2008).

Estabeleceu-se ainda, uma diferença entre as cargas horárias. O curso de licenciatura curta deveria cumprir uma carga mínima de 1.500 horas. Já a licenciatura plena deveria cumprir uma carga horária de pelo menos 2.500 horas. A quantidade de anos letivos poderia variar, mas era necessário que se respeitasse a carga horária mínima de horas. (MATEIRO, 2003).

Durante o ano de 1973, a EMBAP elaborou seu Programa de Disciplinas, contendo as considerações gerais do seu curso de educação musical, a legislação vigente, o contexto da educação musical brasileira e os objetivos do seu curso de Licenciatura em Música. (EMBAP, 1973). O início desse documento apresenta uma referência à Lei n.º. 5.692 e as modificações no processo de formação dos estudantes dos cursos de magistério. (EMBAP, 1973). O documento considerava que a nova lei objetivava “[...] um ensino completamente reformulado, em seus métodos e finalidades, deve corresponder um novo professor, como condição básica, para que todos os fins e objetivos sejam alcançados.” (EMBAP, 1973, p. 1).

O Programa de Disciplinas também trazia uma descrição do que viria a ser o curso de educação musical e quais seriam seus objetivos. Segundo o documento:

O Curso de Licenciatura em Música, através de seu currículo, define-se como Curso de Formação Geral e Especial, e se ajusta aos objetivos específicos e característicos das disciplinas, áreas de estudo, atividades às fases do desenvolvimento do educando, isto é, uma habilitação específica em Nível Superior para a atuação no Ensino de 1º grau ou Fundamental. (EMBAP, 1973, p. 1).

É perceptível que o estudante formado nesse curso estaria habilitado para lecionar apenas no primeiro grau, refletindo também a problemática da formação polivalente.

O texto do Programa de Disciplinas citava as orientações do Conselho Federal de Educação, que estabelecia a necessidade de “[...] formação do professor polivalente, do professor com maior visão e amplitude para as atividades e áreas de estudo, do professor com maior domínio específico das disciplinas.” (EMBAP, 1973, p. 1).

O Programa de Disciplinas estabelecido no ano de 1973 da EMBAP compartilhou de forma inédita até então os objetivos do curso. Entre as finalidades estavam

[...] dar aos seus alunos uma formação pedagógica e didática de alto nível, além de sólida cultura geral, para que possam em todas as escolas, ciclos e graus



diferentes, ministrar aulas de educação Artística ou mais especificamente educação Musical. (EMBAP, 1973, p. 4).

Com uma análise criteriosa, é possível relacionar o Programa de Disciplinas da EMBAP com a fase pró-criatividade que foi desencadeada por meio da Lei n.º. 5.692 de 1971, como conceitua Pires (2003). Durante essa fase, novas responsabilidades foram atribuídas à educação escolar, e as instituições de nível superior deveriam preparar egressos para essas novas funções. Como o próprio Programa de Disciplinas da EMBAP conceitua, “[...] a educação é um amplo exemplo e complexo problema, onde a música ocupa um lugar de grande importância como elemento propulsor da elevação do gosto, desenvolvimento da sensibilidade e cultivo das artes.” (EMBAP, 1973, p. 2).

O Programa de Disciplinas da EMBAP também se preocupou em expor a importância do ensino musical nas escolas. Segundo o documento:

Na escola, a música é um dos meios mais eficazes para se atingir o educando, influenciando-lhe a vida moral, cívica, social e espiritual, estabelecendo uma atmosfera de disciplina, criatividade e entusiasmo, indispensáveis às atividades escolares. (EMBAP, 1973, p. 2).

É importante destacar a preocupação que o curso de educação da EMBAP mostrou por meio do Programa de Disciplinas de integrar o estudante e futuro professor de música ao contexto das escolas primárias e secundárias. O documento exemplificava também as diferentes possibilidades de relacionar a música a outras disciplinas.

Para relacionar as matérias de linguagem e literatura, os docentes poderiam trabalhar na “[...] elaboração de testes poéticos para melodias conhecidas ou criadas pelos alunos, ajuste do acento poético ao acento rítmico da melodia e ritmo de refrãos, adivinhações, etc.” (EMBAP, 1973, p. 5). A possibilidade de se aproximar a música às outras matérias também era acessível a disciplinas como matemática, história, geografia, sociologia, etc. (EMBAP, 1973).

Como última demonstração da preocupação da EMBAP em preparar os futuros egressos para a prática educativa e integrá-los a realidade, o Programa de Disciplinas encerrava considerando que:

Esta integração da música com todas as matérias escolares, deve realizar-se naturalmente, sem esforço. É indispensável porém que a mestra conheça bem o material didático e o programa geral de todas as séries, e que também a mestra regente da classe acompanhe com o mesmo interesse o trabalho musical dos alunos, para não deixar escapar nenhum vínculo ou oportunidade relacionado ao programa desenvolvido. (EMBAP, 1973, p. 5).

Toda essa série de iniciativas na EMBAP prepararam a instituição e tinham o objetivo de fortalecer seu curso de educação musical, contendo ainda conteúdos



específicos para serem trabalhados no Jardim de Infância, primeiro e segundo grau do ensino fundamental.

Posteriormente, depois de todos esses esforços, por meio do Decreto n.º. 73.257. (BRASIL, 1973, p.1) a EMBAP finalmente teve seu curso de Licenciatura em Música oficialmente aprovado. Logo na sequência, o Conselho Federal de Educação e o Conselho Estadual de Educação emitiram orientações para a regularização definitiva do curso. (EMBAP, 1973).

Coincidentemente, a partir de 1973 a educação musical no Brasil entrou em um período de letargia. Esse cenário só veio a ser revitalizado com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. A retirada da educação musical dos currículos escolares pelo governo militar provocou uma traumática ruptura na sua prática, a qual tenta ser recuperada, ainda com dificuldades. (FONTERRADA, 2008).

Com o final da ditadura, houve uma abertura política que possibilitou o surgimento e crescimento de debates entre os educadores com o objetivo de promover uma nova reforma educacional. Essas reformas iriam se inserir no contexto das transformações de tendências neoliberais que abarcou não só o Brasil, mas toda a América Latina a partir da década de 1990. (FONTERRADA, 2008).

A EMBAP, ao mesmo tempo que lutou para desenvolver e reconhecer oficialmente seu curso de Licenciatura em Música, absorveu os diferentes fenômenos políticos e sociais do país. A descrição história desse processo demonstrou como a instituição lidou com fenômenos tão complexos, abrangendo todos os diferentes contextos apresentados na formação dos professores de música da instituição. Essa iniciativa teve como principal intuito a formação de docentes capazes de atender as demandas que a educação musical assumiu em diferentes períodos históricos brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo traz um relato histórico sobre a formação dos professores de música na Escola de Música e Belas Artes do Paraná. O período abordado trata desde o período anterior à fundação da instituição, em 1930, até a data de reconhecimento oficial do curso, em 1973.

A descrição histórica do desenvolvimento do curso de licenciatura na EMBAP permitiu observar como a instituição absorveu e se adaptou às constantes mudanças políticas e sociais do país. Também mostrou como o processo de reconhecimento do curso de Licenciatura em Música exigiu esforços constantes por parte da instituição, até ser considerada apta a ter seu curso devidamente regularizado.



A criação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná teve entre seus propósitos oferecer um centro de alta cultura artística, e sua criação foi possível devido a uma geração de homens ligados à política e a cultura que promoveram as primeiras iniciativas de abertura da instituição. Esse movimento demonstra o valor que as artes tinham para aquele nicho social, além do intuito de difundir sua prática em uma instituição pública de ensino.

Foi possível também demonstrar como os eventos sociais e políticos influenciaram os rumos da instituição ao longo de sua história. Em um processo de tantas rupturas e descontinuidades, a EMBAP travou um árduo embate para possibilitar o reconhecimento da instituição e seus cursos. Mesmo inserida no contexto das políticas da educação nacional no século XX, carregadas com fortes tendências ideológicas, a EMBAP emerge e luta para manter-se como uma instituição de promoção cultural de relevância no contexto artístico curitibano, paranaense e brasileiro.

Com a construção de uma teia de relações entre as políticas nacionais para a educação, a formação dos professores de música e os caminhos trilhados pela EMBAP, este estudo procurou apresentar um quadro sobre o percurso da formação dos professores de música na instituição.

A complexidade do processo de validação oficial do curso de licenciatura em Música ficou evidente quando observa-se que o início das atividades da EMBAP ocorreram a partir do dia 17 de abril de 1948, sua inauguração oficial em 3 de outubro de 1949, seu reconhecimento como instituição de ensino superior em 22 de dezembro de 1954 e apenas em 5 de dezembro de 1973 têm seu curso de Licenciatura em Música devidamente legalizado e aprovado pelo governo federal.

Além de apresentar essa linha do tempo sobre o processo de criação e reconhecimento do Curso de Licenciatura em Música da EMBAP, o presente artigo também apontou alguns dos fatos relevantes que, de alguma forma, fizeram parte dessa conflituosa e relevante jornada para a educação musical paranaense e brasileira.

REFERÊNCIAS

ALUCCI, R. R.; MOLINA, S.; TERAHATA, A. M.; JORDÃO, G. **A música na escola**. São Paulo: Gallucci & Associados Comunicações, 2012.

ARANHA, M. L. A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BITTENCOURT, C. A. de. C. **Arte e educação: um estudo sobre o caráter formativo da arte na Escola de Música e Belas Artes do Paraná**. 2008. 217 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Correspondência expedida. Escola de Música e Belas Artes do Paraná: 1972. **Arquivo Público do Paraná**. Pasta 196.



BRASIL. Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931. Cria o Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**. 11 abr. 1931. 1931a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-republicacao-82984-pe.html>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BRASIL. Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Diário Oficial da União**. 18 abr. 1931. 1931b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-republicacao-141247-pe.html>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. Decreto n. 36.627, de 22 de dezembro de 1954. Concede reconhecimento aos cursos de Pintura, Escultura e Música, da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, mantida pelo Governo do Estado. **Diário Oficial da União**. 22 dez. 1954. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-36627-22-dezembro-1954-328744-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

BRASIL. Decreto n. 73.257, de 5 de dezembro de 1973. Concede reconhecimento ao curso de Licenciatura em Música da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **Diário Oficial da União**. 5 dez. 1973. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73257-5-dezembro-1973-421844-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. 20 dez. 1961. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm>. Acesso em: 7 set. 2014.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização do ensino superior e sua articulação com escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 28 nov. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540_compilada.htm>. Acesso em: 13 ago. 2014.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 11 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692impressao.htm>. Acesso em: 23 set. 2014.

BRASIL. Portaria Ministerial n.º. 427. 1964. Revista Documenta n.º. 28. Brasília: MEC/CFE, 1964.

BRASIL. Resolução n. 23, de 23 de outubro de 1973. Fixa normas de estruturação ao curso de Licenciatura em Educação Artística: 1979. Livro de Resoluções e Portarias do Conselho Federal de Educação nos anos de 1962 a 1978. Brasília: MEC/CFE, 1979, p. 90-93.

BRANDÃO, H. **História viva de um ideal**: uma orquestra, uma família e uma profissão. Curitiba: Editora do Autor, 1996.



CARVALHO, E. V. de.; ABREU JÚNIOR, L. de. M. Relações entre educação, higienismo, moral e patriotismo na I conferência nacional de educação (1927). **Revista Histedbr On-line** Campinas, n. 45, p. 62-77, mar. 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/art05_45.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lages: Difel, 1990.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

EMBAP. Escola de Música e Belas Artes do Paraná. **Livro de atas e reuniões**. Curitiba, 1948-1988.

EMBAP. Escola de Música e Belas Artes do Paraná. PIEM– **Programa Institucional de Extensão em Música** – informações gerais. Disponível em: <http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/2014/prog_ext_17042014.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015.

EMBAP. Escola de Música e Belas Artes do Paraná. **Programa de disciplinas da Escola de Música e Belas Artes do Paraná: 1973**. Arquivo Público do Paraná. Pasta 350.

EMBAP. Escola de Música e Belas Artes do Paraná. **Relatório da Escola de Música e Belas Artes do Paraná: 1972**. Arquivo Público do Paraná. Pasta 342.

ÉSTHER, A. B. Discursos e percursos identitários da universidade brasileira na primeira república (1889-1930). **Revista da História da Ideias**, Coimbra, v. 33, p. 1-32, 2012.

FALCON, F. J. C. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 328-339, maio/ago. 2006.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Revista Educar.**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FONTEERRADA, M. T. de. O. **De tramas e fios**. Um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Ed. da Unesp, 2008.

LEMOS JÚNIOR, W. O ensino do canto orfeônico na escola secundária brasileira (décadas de 1930 e 1940). **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 42, p. 279-295, jun. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art18_42.pdf>. Acesso em: 15 de ago. de 2018

LINHARES, T. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

MATEIRO, T. A formação universitária do professor de música e as políticas educacionais nas reformas curriculares. **Revista Educação**, Santa Maria, n. 2, v. 28, 2003. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2003/02/a2.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2014.



MORAES, M. C. M. de. Educação e política nos anos 30: a presença de Francisco Campos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, n. 174, p. 291-321, maio/ago. 1992.

PARANÁ (Estado). Lei n. 259, de 3 de outubro de 1949. Súmula: cria, na Secretaria de Educação e Cultura, a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, como instituto autônomo. **Diário Oficial do Estado**. 4 out. 1949. Disponível em: <<http://www.arquivo-publico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

PARANÁ (Estado). Superintendência de Ensino Superior. Correspondência recebida e expedida. Escola de Música e Belas Artes do Paraná: 1963. **Arquivo Público do Paraná**. Pasta 339.

PARANÁ (Estado). Superintendência de Ensino Superior. Correspondência recebida e expedida. Escola de Música e Belas Artes do Paraná: 1965. **Arquivo Público do Paraná**. Pasta 182.

PARANÁ (Estado). Superintendência de Ensino Superior. Correspondência recebida e expedida. Escola de Música e Belas Artes do Paraná: 1967. **Arquivo Público do Paraná**. Pasta 179.

PIRES, N. A identidade das licenciaturas na área de música: multiplicidade e hierarquia. **Revista da ABEM**, v. 9, p. 81-88, set. 2003.

PROSSER, E. S.. **Cem anos de sociedade, arte e educação em Curitiba: 1853-1953**: da Escola de Belas Artes e Indústrias, de Mariano de Lima, à Universidade do Paraná e à Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba: Ed. Assembleia Legislativa do Paraná, 2004.

PROSSER, E. S. **Sociedade, arte e educação**: a criação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (1948). 2001. 330f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2001.

REIS, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODERJAN, R. V.; RODERJAN, F. N. **Meio século de música em Curitiba**: contribuição para o estudo da música no Paraná. Curitiba: Lítero-Técnica, 1967.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, F. P. da.; LACOMBE, A. J. **Villa-Lobos**. São Paulo: Três, 2001.

SOUZA, J. (Org.) **Aprender e ensinar música no cotidiano**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.



VIDAL, D. G. G. 80 anos do Manifesto do Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013.

VILLA-LOBOS, H. **Canto orfeônico**. São Paulo; Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 1976. v. 1.

VILLA-LOBOS, H. **Guia prático para a educação artística e musical**. Rio de Janeiro: ABM; Funarte, 2009. (v. 1, cadernos 1°, 2° e 3°).

WACHOWICZ, L. A. **A relação professor-estado no Paraná tradicional**. São Paulo: Cortez, 1984.

Notas

¹ Doutorando em Educação – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Músico da Orquestra Sinfônica do Paraná. E-mail: alemaohn4@hotmail.com Grupo de pesquisa: Políticas educacionais, formação de professores e educação escolar – PPGE/PUCPR.

² Doutora em Educação. Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: alboni@alboni.com Grupo de pesquisa: Políticas educacionais, formação de professores e educação escolar – PPGE/PUCPR.

³ Francisco Campos (1891-1968) a partir de 1930, foi ministro da educação no governo do então presidente Getúlio Vargas. Promoveu uma reforma educacional que veio a ficar conhecida pelo seu nome, de inspiração escolanovista. Sobre essas políticas educacionais, Aranha ressalta que “[...] pode-se dizer que pela primeira vez, uma ação planejada visa à organização nacional [...]” (ARANHA, 1996, p. 200).

⁴ Renomado artista brasileiro, com grande êxito no Brasil, Estados Unidos e Europa. Foi compositor, instrumentista, maestro (SILVA; LACOMBE, 2001) e também educador musical. (VILLA-LOBOS, 1976, 2009).

⁵ Getúlio Vargas foi presidente do Brasil entre 1930 e 1945, e de 1951 até 1954.

⁶ Esse regime se caracterizou, entre outras coisas, pela promulgação de uma nova constituição, em 1937. Ficou marcado também pelo forte incentivo a valorização de uma cultura nacionalista alinhada ideologicamente com o novo governo.

⁷ Gustavo Capanema foi ministro da educação, promovendo uma reforma no ensino secundário, adotando uma série de medidas “[...] regulamentadas por diversos decretos-leis assinados de 1942 a 1946 e denominados Leis Orgânicas de Ensino.” (ARANHA, 1996, p. 202).

⁸ SCABI: Associação de artistas paranaenses que, com seu nome, homenageou Brasília Itiberê, que era pianista, compositor, diplomata e convicto nacionalista. A SCABI tinha em seus quadros os mais destacados artistas e intelectuais paranaenses a partir do início de suas atividades, em 1939. A SCABI tinha como projeto vital “[...] um projeto integrado, envolvendo as letras, as artes plásticas e a música, buscando a revitalização do contexto cultural da cidade [...]” (PROSSER, 2001, p. 196).

⁹ Associação de artistas plásticos de Curitiba, batizada com o nome do pintor norueguês radicado em Curitiba a partir de 1903. Andersen era de estilo impressionista, responsável por influenciar outros grandes artistas paranaenses, até sua morte, em 1937. Em 1947, os artistas plásticos que faziam parte da Sociedade Amigos de Alfredo Andersen receberam o convite para serem docentes na EMBAP, logo após a sua fundação. (PROSSER, 2001).

¹⁰ Fernando Corrêa de Azevedo, foi um dos fundadores e primeiro diretor da EMBAP. Prosser relata que “[...] desenvolveu intensa atividade, dedicando-se ao magistério, à pesquisa e à organização cultural, com inúmeras realizações nos setores cultural e artístico de Curitiba.” (PROSSER, 2004, p. 190). Nascido na cidade do Rio de Janeiro, formou-se na Universidade do Paraná nos cursos de Filosofia e Letras.

¹¹ Moysés Lupion foi governador entre 1947 e 1951, tornando-se um dos responsáveis diretos pela abertura da EMBAP. Também governou o Estado do Paraná entre 1956 até 1961.



¹² Raul Gomes participou diretamente da criação de trinta bibliotecas públicas no Paraná e da reforma do Teatro Guaíra. Foi professor, escritor e jornalista. (PROSSER, 2001).

¹³ Entre 1947 e 1949, Erasmo Pilotto foi secretário da educação do Paraná. (PROSSER, 2001).

¹⁴ No presente artigo, termo “civil-militar” é utilizado para nomear o Golpe de 1964, caracterizado pela tomada do poder pelos militares com o apoio de camadas da sociedade civil. Entre as iniciativas movimentos civis associados ao golpe, estava a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (REIS, 2014).

¹⁵ João Goulart assumiu a presidência do Brasil em 1961. Em 1964 foi deposto pelo Golpe civil-militar.

¹⁶ Neologismo que se refere a união das palavras ‘cantor’ e ‘autor’, e se refere ao artista que cria e interpreta suas próprias canções.

Submetido em: 21/04/2018

Aprovado em: 04/08/2018

Publicado em: 22/11/2018